

# Crise econômica traz novos desafios para lideranças sindicais

por Ricardo Balthazar  
de São Paulo

Está em curso hoje no País um processo intenso de renovação do modelo sindical brasileiro, montado sobre estruturas lançadas há meio século e que sobrevivem praticamente intactas até hoje. Esse processo se desenvolve de forma mais acelerada junto aos sindicatos de trabalhadores, mas já atinge os de empresários e começa a influir de maneira decisiva para alterar o perfil das relações trabalhistas no País.

O sistema corporativo criado no final dos anos 30 para sustentar a estrutura sindical e as relações de trabalho no Brasil começou a ser contestado de forma mais evidente no final dos anos 70, no meio do processo de abertura política do regime militar e com as explosões grevistas do ABC paulista. Foi o ponto de partida para a construção e consolidação de sindicatos fortes e relativamente autônomos, que garantiram ao longo dos anos 80 espaços significativos de participação na sociedade.

Hoje, no entanto, essas organizações estão em crise e enfrentam um dilema sério: cresceram e se fortaleceram, mas não conseguiram impedir os prejuízos sofridos pelos trabalhadores com a crise econômica. Por causa disso, os sindicatos se encontram hoje frente a frente com o desafio de buscar alternativas que revertam esse quadro e representem um salto de qualidade além da contestação pura e simples.

"O corporativismo vai desmoronar", anuncia o diretor de recursos humanos da Mercedes-Benz, Luiz Adelar Scheuer, também diretor do Departamento de Cooperação Sindical (Desin) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Essa mudança — impulsionada

lentamente pela renovação das lideranças sindicais, a criação das centrais e as mudanças na economia — tende a ampliar a representatividade política dos sindicatos e, para Scheuer, é mais demorada no lado empresarial.

De qualquer forma, ela já tem produzido resultados práticos nos setores mais avançados da indústria, por exemplo, onde as negociações entre trabalhadores e empresários vêm se aprimorando e se distanciando do modelo corporativo. Em outras áreas, como o setor público, onde o direito à sindicalização só tem dois anos de idade, a modernização das relações de trabalho é mais lenta, mas já começa a ser construída.

A hora é da negociação, diz Scheuer: "O processo de liberalização da economia entrega quase tudo nas mãos dos parceiros sociais, e torna tudo mais dinâmico. Quem tiver competência, que se estabeleça. Há uma grande necessidade de os sindicatos patronais serem mais representativos e de os trabalhadores investirem mais numa linha construtiva, sair um pouco do âmbito político para mudar as relações entre capital e trabalho".

"O futuro do nosso relacionamento será o contrato coletivo de trabalho", afirma Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior das centrais sindicais do País e o resultado mais evidente do percurso percorrido pelos sindicatos brasileiros nos anos 80. "Não podemos ficar dependendo eternamente de leis e foi assim nos países mais modernos da Europa. Vamos ter que fazer das negociações trabalhistas uma coisa nova, permanente e autônoma. E os empresários vão ter que se modernizar também e serem pelo menos capitalistas de verdade."